



**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS
DIVISÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E
COMUNICAÇÃO**

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Aquisição de Ferramenta de Produtividade em Nuvem

Manaus/AM – Agosto/2020



**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS
DIVISÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E
COMUNICAÇÃO**

1 – Introdução

Este documento apresenta o estudo técnico preliminar, que constitui primeira etapa do planejamento de uma contratação (planejamento preliminar) e serve essencialmente para assegurar a viabilidade técnica da contratação e embasar o termo de referência ou o projeto básico, conforme previsto na Lei 8.666/1993, art. 6º, inciso IX (Este inciso dispõe sobre projeto básico). Além disso, é requisito da Resolução CNJ Nº 182/2013 que dispõe sobre diretrizes para as contratações de Solução de Tecnologia da Informação e Comunicação pelos órgãos submetidos ao controle administrativo e financeiro do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). A estrutura deste documento baseia-se nas orientações constantes do Guia de Boas Práticas em Contratação de Soluções de Tecnologia da Informação V 1.0, publicado pelo Tribunal de Contas da União, e por conseguinte encontra-se respaldo no arcabouço técnico legal acerca das contratações de bens e serviços de Tecnologia da Informação.

2. Necessidade da contratação

A seguir são descritos os principais motivadores para a referida contratação:

- a) O Poder Judiciário Amazonense possui um sistema de comunicação eletrônica (e-mail, mensagem instantânea) simples totalmente baseado em software livre. A solução atual possui diversas limitações técnicas como por exemplo, ausência de sistema de calendário corporativo e outras deficiências que demonstram claramente que se trata de uma plataforma ultrapassada, não condizente com as modernas tecnologias dos dias atuais;
- b) Embora os softwares não possuam custo de licenciamento, há grande demanda de mão de obra para manter os serviços em funcionamento, além de recursos computacionais de equipamentos alocados no Datacenter do TJAM;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS
DIVISÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E
COMUNICAÇÃO

- c) O correio eletrônico ainda é uma das principais plataformas de comunicação da instituição entre membros, servidores e cidadãos, porém possui limitação de anexo de e-mail de apenas 15 (quinze) megabytes;
- d) O serviço de mensageria instantânea é uma ferramenta extremamente útil na comunicação interna da instituição. Através dele é possível que a comunicação entre membros e servidores seja mais rápida e sem custo, evitando o gasto com ligações telefônicas dentro da instituição. O sistema atual, também baseado em software livre, possui problemas de disponibilidade além de outras limitações como impossibilidade de envio de arquivos, chat por voz, recursos de videoconferência que viabilize a realização de reuniões virtuais sem a necessidade de deslocamento de membros e servidores. Além disso a ferramenta atual não possui aplicativos para o uso em tablets e smartphones, ficando restrito ao uso de um computador e de dentro da intranet da instituição, prejudicando a mobilidade dos usuários;
- e) Atualmente o TJAM não possui nenhuma solução para compartilhamento de arquivos em área de armazenamento virtual de arquivos e publicação de sites e/ou portais. Tais funcionalidades trariam facilidade para o compartilhamento de arquivos e informações entre servidores que estejam trabalhando em regime de teletrabalho e servidores em regime de trabalho presencial;
- f) No tocante a suíte de aplicativos de escritório, atualmente a instituição utiliza poucas licenças de Microsoft Office, sendo o LibreOffice adotado amplamente para a realização de trabalhos tanto da área meio quanto da área fim. Devido aos problemas de compatibilidade de documentos Microsoft Office e LibreOffice, é imprescindível que seja realizada a evolução tecnológica desta importante ferramenta de trabalho para todos os usuários da instituição;
- g) É indispensável a existência de um ambiente virtual confiável, seguro, estável, íntegro, e acima de tudo, disponível, que permita a troca de informações e documentos, que seja capaz de realizar videoconferência e cruzar as agendas dos usuários para sugerir, por exemplo, melhor dia e horário para reuniões. As



**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS
DIVISÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E
COMUNICAÇÃO**

ferramentas irão agregar na produtividade dos servidores e magistrados do TJAM.

3. Alinhamento entre a aquisição e os planos estratégicos.

O projeto está alinhado aos três principais planos estratégicos que orientam as diretrizes da Divisão de Tecnologia da Informação e Comunicação: i) ENTIC-JUD; ii) Estratégico do TJAM; iii) Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação.

Verifica-se que há consonância entre o presente projeto e a Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (ENTIC-JUD), Resolução CNJ nº 211/20215, pois o seu Artigo 10 estabelece que a estrutura organizacional, o quadro permanente de servidores, a gestão de ativos e os processos de gestão de trabalho da área de TIC de cada órgão, deverão estar adequados às melhores práticas preconizadas pelos padrões nacionais e internacionais para as atividades consideradas como estratégicas.

No que tange ao Plano Estratégico do TJAM, este projeto possui alinhamento ao macrodesafio “Melhoria da Infraestrutura Física e de Tecnologia de Informática e Comunicação”, cuja parte de seu texto orienta o seguinte: “...garantir confiabilidade, integralidade e disponibilidade das informações, dos serviços e sistemas essenciais da justiça, por meio de incremento e modernização dos mecanismos tecnológicos, controles efetivos dos processos de segurança e de riscos, assim como a otimização de recursos humanos, orçamentários e tecnológicos...”

Finalmente, em sentido mais restrito, há aderência entre os objetivos a serem alcançados com a execução deste projeto e o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação. Pode-se verificar que na perspectiva “Processos Internos”, tema “Alinhamento e Integração”, existe a clara referência ao incentivo da adoção de soluções para integração e comunicação entre todas as unidades do TJAM e com órgãos parceiros.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS
DIVISÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E
COMUNICAÇÃO

4. Requisitos internos funcionais

Durante este estudo, foram identificadas 2 (duas) soluções capazes de atender aos requisitos elencados pelos demandantes: G Suite e Office 365;

Embora ambas atendam a todos os requisitos do TJAM, as ferramentas possuem características diferentes, destacando-se as seguintes:

	Office 365 – Plano E1	G Suite - Planos		
		Business Deskless	Business	Enterprise
Espaço	- E-mail: 50 GB; - Área de armazenamento individual: 1 TB; - Área de armazenamento compartilhado por toda a instituição: 1TB acrescidos de 10GB por usuário;	- 15 GB para todas as ferramentas	- Área de armazenamento ilimitado	- Área de armazenamento ilimitado
Gravação reuniões	Disponível	Indisponível	Indisponível	Disponível
Retenção de arquivos de auditoria	93 dias	toda a vigência do contrato	toda a vigência do contrato	toda a vigência do contrato



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS
DIVISÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E
COMUNICAÇÃO

Tamanho limite de anexo de e-mail	- 150 MB (computadores) - 33 MB (dispositivos móveis)	25 MB	25 MB	25 MB
-----------------------------------	--	-------	-------	-------

Dadas as diferenças entre as soluções, foram considerados três perfis de usuários, a partir de uma estimativa de demanda através da consulta realizada no Servidor de E-mail e através de um relatório baseado no Sistema de Gestão de Pessoas.

5. Requisitos Externos

A contratação para a execução dos serviços deverá obedecer, no que couber, ao disposto na Lei nº. 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, bem como as seguintes normas:

- Lei nº 10.520 de 17/7/2002;
- Decreto Estadual nº 40.674 de 14/05/2019; e
- Resolução nº 25/2019, publicada no DJE/TJAM do dia 15/01/2020.

6. Levantamento de mercado

Em levantamento realizado pelas equipes de Divisão de Tecnologia da Informação e Comunicação e diante das alternativas de atendimento da demanda de solução integrada de colaboração e comunicação corporativa, foram identificados os seguintes modelos de uso dos serviços disponíveis no mercado:

- On-Premises (nas instalações do TJAM): este é o modelo utilizado atualmente pelo TJAM onde os serviços e recursos de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) são mantidos na infraestrutura local, sob responsabilidade da equipe técnica local;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS
DIVISÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E
COMUNICAÇÃO

- Cloud Computing (computação em nuvem): os serviços e recursos de TIC são fornecidos remotamente, mantidos em um Data Center externo sob responsabilidade da equipe técnica do provedor de nuvem.

A experiência atual do TJAM comprovou que o modelo On-Premises possui elevado custo, problemas de manutenção, operação e riscos graves como:

- a) Investimento em equipamentos (servidores de rede, storages);
- b) Investimento em licenças de softwares (sistema operacional, virtualização, suíte de escritório etc.);
- c) Salvaguarda de dados e backup;
- d) Dificuldade para a realização de auditorias;
- e) Contratação e gerenciamento de solução AntiSpam;
- f) Ausência ou dificuldade na integração das soluções (videoconferência, chat, documentos etc.);
- g) Necessidade de treinamentos periódicos para a equipe do TJAM para conseguir realizar a manutenção e operação de todas as ferramentas;
- h) Alocação de equipes de diferentes áreas (Banco de Dados, Segurança da Informação, Redes, Atendimento);
- i) Necessidade de pagamento de hora-extra para os servidores para a realização de atividades de manutenção que causem indisponibilidade do ambiente;
- j) Ausência de equipe de atendimento 24x7 para monitoramento, identificação e correção de problemas com as ferramentas;
- k) Problemas para manutenção do serviço em momentos de férias e licenças das pessoas que mantêm o serviço em funcionamento;

A opção do modelo Cloud Computing é justificada, ainda, pela maior flexibilidade e eficiência conforme itens 59 e 60 do Acórdão no 1739/2015 do Tribunal de Contas da União, transcritos abaixo:

Segundo estudo da IDC, as principais vantagens do uso de computação em nuvem são:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS
DIVISÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E
COMUNICAÇÃO

- a) *Redução de custos de infraestrutura e serviços de TI. O benefício mais significativo vem de hospedar aplicações em infraestrutura em nuvem devido à redução de custos de capital (capital expenditure - Capex) e custos operacionais (operational expenditure - Opex);*
- b) *Otimização da produtividade da equipe de TI. A mudança para o uso de IaaS, ao acelerar o desenvolvimento e a implantação de aplicações, bem como automatizar o seu gerenciamento, torna a equipe de TI mais produtiva e capaz de melhorar o suporte de operações de missão crítica;*
- c) *Melhoria da produtividade do usuário final. Os usuários finais beneficiaram-se de menor indisponibilidade do serviço e recuperação mais rápida, reduzindo o tempo de inatividade em 72% e economizando expressivos recursos de cada aplicativo por ano;*
- d) *A solução suportada pelo modelo de computação em nuvem possui vantagens, principalmente em relação à alocação de mão de obra do TJAM, infraestrutura de armazenamento, processamento, transmissão de dados, uma vez que ela é fornecida e mantida pela prestadora do serviço;*
- e) *Para permitir o uso adequado da nova solução por parte dos usuários e pela equipe técnica do TJAM há a necessidade da realização de treinamento. Devido à grande quantidade de usuários (servidores e magistrados) deverão ser disponibilizados treinamentos das funcionalidades existentes nas novas ferramentas de maneira online na modalidade EaD para que os usuários possam assistir de acordo com a necessidade e sempre que ocorrer uma dúvida. Para as equipes técnicas do TJAM deverá haver um treinamento avançado para possibilitar a operação das novas ferramentas.*



**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS
DIVISÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E
COMUNICAÇÃO**

7. Justificativa

A aquisição de licença do software G Suite ou similar tem por finalidade atender o desenvolvimento de inúmeras atividades de todos os setores que compõem o TJAM. Com a contratação em pauta, espera-se alcançar dois principais objetivos: i) aprimorar as ferramentas de comunicação e edição de texto (correio eletrônico, mensageria, videoconferência); ii) disponibilizar ferramentas modernas de mercado que possibilitem o aumento da produtividade laboral.

8. Análise de Riscos

Risco do processo de contratação

Risco 1	Risco:	Não aprovação de Estudo Técnico ou do Termo Referência.		
	Probabilidade:	Média	Id	Dano Potencial
			1	Atraso no processo de contratação e consequentemente atraso na execução da aquisição.
	Id	Ação Preventiva		Responsável
	1	Instruir o Estudo Técnico Preliminar e o Projeto Básico de forma clara e baseando-se na Instrução Normativa nº 04/2010, assim como no Guia de Boas Práticas em Contratação de Soluções de tecnologias da Informação do TCU.		Equipe de Planejamento
	Id	Ação Contingência		Responsável
1	Exposição de motivos e embasamentos legais em que a contratação dos serviços de TI deva seguir.		Equipe Técnica	



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS
DIVISÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E
COMUNICAÇÃO

Risco 2	Risco:	Não aquisição da Solução de Ferramentas de Produtividade G Suite		
	Probabilidade:	Alta	Id	Dano Potencial
			1	Continuação da utilização de software livre com limitações e impedimento de uso de ferramentas Office atualizadas do TJAM.
	Id	Ação Preventiva	Responsável	
	1	Validar o processo análise e estudo, iniciando com brevidade para o processo de aquisição por meio de adesão a registro de preço em ata vigente.	Equipe de Planejamento	
	Id	Ação Contingência	Responsável	
1	Exposição de motivos e embasamentos legais em que aquisições de TI deva seguir de forma emergencial.	Equipe Técnica		

Risco da solução de tecnologia da informação

Risco 1	Risco:	Falta de compatibilidade entre os itens e subitens que compõem a solução.		
	Probabilidade:	Média	Id	Dano Potencial
1			Atraso no processo de implantação da solução e aceite.	



**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS
DIVISÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E
COMUNICAÇÃO**

Id	Ação Preventiva	Responsável
1	Instruir e revisar o Projeto Básico de forma clara e validar o cumprimento aos itens técnicos de compatibilidade.	Equipe Técnica
Id	Ação Contingência	Responsável
1	Realizar estudos teóricos e comprovação de compatibilidade entre os itens e subitens que compõe a solução, se necessário fazer consulta formal a cada fabricante.	Equipe Técnica

9. Declaração da viabilidade ou não da contratação

O estudo preliminar nos permite evidenciar que a forma de contratação que maximiza a probabilidade do alcance dos resultados pretendidos com a mitigação dos riscos e observância dos princípios da economicidade, eficácia e eficiência apresenta-se a seguir:

- Realização de processo para aquisição de licenças do software G Suite por meio de adesão à alguma ata de registro de preço em vigência.

Diante do exposto, a equipe de planejamento declara ser viável a contratação do objeto em questão.

Manaus, 02 de setembro de 2020.

Ricardo dos Santos Câmara

Diretor da Divisão de Tecnologia da Informação e Comunicação